



Comitê de Gestão Estratégica

Ata da 1ª Reunião de Análise da Estratégia do CGE do ano de 2025.

Ao 8º (oitavo) dia do mês de maio de 2025 (dois mil e vinte e cinco), presencialmente, reuniram-se os membros do Comitê de Gestão Estratégica (CGE): Desembargador Fábio José Bittencourt Araújo, Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas e do CGE; Dr. Antônio Rafael Wanderley Casado da Silva e Dra. Livia Maria Mattos Melo Lima, Juízes Auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça de Alagoas; Dra. Amine Mafra Chukr Conrado, Juíza Presidente do FUNJURIS; Luciana de Omena Souza; Secretária Especial da Presidência do Tribunal de Justiça de Alagoas; Renato Barbosa Pedrosa Ferreira, Diretor Adjunto Especial da Diretoria Adjunta de Contabilidade e Finanças (DICONF); Clóvis Gomes da Silva Correia, Assessor Chefe da Assessoria de Planejamento e Modernização do Poder Judiciário (APMP); e Amós Henrique Alves de Araújo, Analista Judiciário – apoio especializado Administração da Assessoria de Planejamento e Modernização do Poder Judiciário (APMP). **1)** Presidente cumprimentou a todos e deu a palavra a Clóvis Gomes, que deu início falando sobre a importância da reunião do CGE. Presidente falou sobre divergências nos números apresentados pelo SAJ conforme relatado pelos Órgãos Julgadores e Gabinetes. Falou também sobre a importância da inspeção do CNJ como diagnóstico para atuação da gestão. Clóvis Gomes abordou o Plano de Gestão 2025-2026. Apresentou a planilha de monitoramento para avaliação acerca da evolução das ações nele estabelecidas e vinculadas ao Plano Estratégico Institucional. Presidente indagou sobre as legendas apresentadas no diagnóstico e procurou saber sobre ações que não foram iniciadas. Clóvis Gomes citou como exemplo a questão do balcão virtual. Dra. Livia Maria falou sobre reunir para verificar as questões que estão pendentes e dividir com os juízes auxiliares. Clóvis citou mais exemplos, como o *podcast* com o presidente e o café com o presidente, que foram tidas como não iniciadas, sobre o item do café com presidente foram solicitado ajustes, uma vez que já foram promovidas reuniões que abrangem essa iniciativa. Clóvis Gomes deu mais detalhamentos sobre o diagnóstico realizado para Dra. Livia Maria. Clóvis Gomes falou sobre o acompanhamento e resultados de indicadores dos Macrodesafios. Informou sobre o relatório anual que faz um saldo avaliativo sobre as ações executadas e indicadores do planejamento estratégico. Presidente procurou saber como se encontra a evolução nesses 4 meses de gestão, sendo esclarecida da necessidade de alinhamento junto aos juízes auxiliares acerca do andamento e da identificação de status e desdobramento das ações. Clóvis Gomes falou sobre o cronograma do CNJ para a construção desta nova estratégia e apresentou minuta para instituição da estratégia 2027-2032 no âmbito do TJ/AL. **2)** Clóvis Gomes passou ao próximo item da pauta relativo à apresentação

fla

dos indicadores processuais. Falou sobre os casos novos terem aumentado em 2022 devido às execuções fiscais, seguido de 2024. Apresentou os casos novos de janeiro a abril deste ano em todas as instâncias, fazendo comparativo com o mesmo período do ano anterior. Presidente questionou sobre os processos de execução fiscal. Clóvis Gomes apresentou os quantitativos de baixa e se verificou que a baixa de execução fiscal foi bastante elevada nesse primeiro quadrimestre. Presidente falou sobre a importância e impactos da execução fiscal na produtividade geral apresentada no relatório do Sistema Justiça em Números. Clóvis explicou sobre a construção do IPC-Jus e acerca da exclusão da execução fiscal no cálculo desse indicador para fins de diagnóstico de eficiência dos tribunais. Passou a tratar do IAD e o Presidente questionou sobre o conceito do IAD. Clóvis fez a explanação. Informou os totais e sobre a importância. O IAD foi superior a 100% em 2024. Presidente diagnosticou a falha existente no cumprimento pelo grupo de Juizados Especiais havendo uma diferença percentual no que se refere à baixa de processos em relação a casos novos. Presidente falou sobre a importância de que o Corregedor verifique os números informados. Clóvis Gomes passou à informação do acervo na série histórica avaliada. Verificou-se redução no quantitativo do acervo. Passou à taxa de congestionamento geral. Clóvis Gomes informou também acerca da série histórica e fez o comparativo dos quadrimestres de 2024 e de 2025. Apontou que a taxa de congestionamento geral está melhor na avaliação de 2025 em relação ao mesmo período do ano de 2024. Presidente solicitou que os quadros apresentados tragam a informação sem a execução fiscal no resultado geral conjunto (Juizados, 1º grau, Turma Recursal e 2º grau) para esse indicador e no que couber, não apenas para o resultado do 1º grau. Clóvis Gomes passou aos julgados. Notou-se melhoria no total de julgados. Presidente falou sobre a importância de se verificar a produtividade nas Câmaras de modo a se averiguar como está o andamento processual nestas.

3) Clóvis Gomes passou à apresentação dos resultados parciais do Prêmio CNJ de Qualidade. Falou sobre a redução da taxa de congestionamento líquida. Falou sobre obter os menores tempos médios de tramitação dos processos pendentes. Presidente solicitou que seja feito o diagnóstico das unidades que possuem processos com mais de 500 dias. Clóvis Gomes falou sobre atingir os melhores índices de conciliação. Presidente falou sobre a importância de impulsionar os acordos. Clóvis Gomes passou ao item de celeridade processual na tramitação de judicialização da saúde e informou o resultado parcial. Deu seguimento quanto ao item de celeridade processual na tramitação das ações penais e informou o resultado parcial. Passou ao item das unidades judiciárias com IAD acima de 100% e informou o resultado parcial. Clóvis Gomes destacou que em razão da reunião virtual dos indicadores do Juízo Proativo esses pontos da atividade processual foram abordados nessa reunião. Presidente falou sobre a importância de que se tenha a gestão desses itens. Falou sobre a participação nos eventos virtuais da “Hora da Estratégia” tanto por parte da Presidência quanto dos juízes Auxiliares. Clóvis Gomes informou sobre o item de ações ambientais e passou o resultado parcial. Presidente e Dr. Antônio Rafael falaram sobre a necessidade de gerenciamento das unidades que possuem gargalos neste



item de ações ambientais. Clóvis Gomes passou ao resultado parcial das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2025. Informou o resultado parcial de cada meta apontando o total de processos restantes de cumprimento. Clóvis Gomes apresentou o quadro consolidado da evolução das metas. Em suma, as providências a serem tomadas foram as seguintes: Presidente solicitou que os Juízes Auxiliares busquem impulsionar as ações do Plano Gestão para evolução da Estratégia, observando-se o que ainda não foi iniciado e que continuem a dar prosseguimento às ações já em andamento. Dra. Lívia Maria também falou sobre se reunir com os Juízes Auxiliares para verificar as questões que estão pendentes e dividir a análise entre eles com apoio das áreas; ao diagnosticar falha em instância no IAD, ou seja, que está com IAD abaixo de 100%, Presidente demandou que sejam identificadas as unidades que não estão conseguindo cumprir e que a CGJ seja comunicada a respeito, de modo a que as unidades sejam oficiadas; Presidente falou sobre a importância de se verificar os processos julgados nas Câmaras de modo a se averiguar como está o andamento processual; com o fito de se melhorar o indicador relativo a tempos médios de tramitação dos processos pendentes, Presidente solicitou que seja feito o diagnóstico das unidades que possuem processos com mais de 500 dias para que sejam oficiadas; para procurar também atingir os melhores índices de conciliação, Presidente demandou que sejam impulsionados os acordos; Presidente falou sobre oficializar e cobrar as unidades que não estão conseguindo dar cumprimento aos indicadores apresentados na reunião, observando-se de forma detalhada os apontamentos específicos apresentados para os itens do Prêmio CNJ de Qualidade; Presidente solicitou que os encontros virtuais (Hora da Estratégia) sejam nos dias de segunda ou sexta-feira, também querendo a lista de comparecimento a estas reuniões. Quanto às ações ambientais, Presidente e Dr. Antônio Rafael solicitaram à APMP que sejam identificadas as unidades que possuem gaps de cumprimento para que sejam oficiadas.

Por fim, Presidente agradeceu a todos e, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual, para constar, eu _____ Amós Henrique Alves de Araújo, Secretário designado e membro do CGE, lavrei a ata, que, depois de aprovada pelos presentes, vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça e do Comitê de Gestão Estratégica - CGE, Desembargador Fábio José Bittencourt Araújo


Des. Fábio José Bittencourt Araújo
Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas